



Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

31 de dezembro de 2018 e 2017

Com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Conglomerado Prudencial



31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

O Grupo

O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira para instituições financeiras, pessoas físicas, pessoas jurídicas e outros agentes autorizados pelo Bacen.

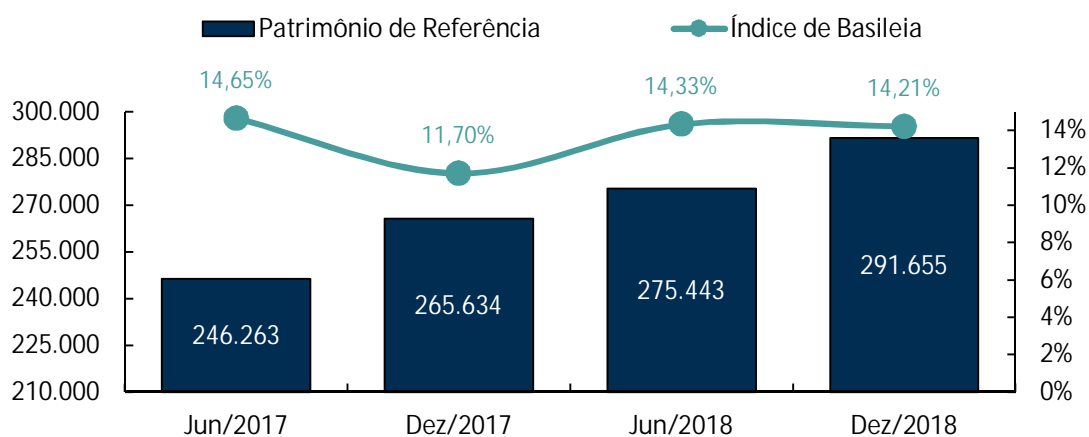
Oferece aos seus clientes serviços como arrecadação de tributos de veículos automotores, transferências internacionais, recebimento de recursos do exterior, remessas, abertura de conta corrente em moeda estrangeira e cartões pré-pagos nacionais e internacionais como o VTM – Visa Travel Money, um dos mais tradicionais do mercado.

Atua no Middle Market, nas modalidades de empréstimos, financiamentos, descontos de títulos, CDC, antecipação de recebíveis, fianças, repasses do BNDES e comércio exterior. O Grupo Rendimento, através das suas controladas, atua de forma consolidada no mercado de câmbio, destacando-se como um dos maiores fornecedores de moeda estrangeira, em espécie, para instituições financeiras e outros agentes autorizados pelo Bacen.

Índice de Basileia

Os requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência, do Nível I e do Capital Principal, são apurados com base no Conglomerado Prudencial, de acordo com a Resolução nº 4.280/13, através de metodologias definidas nas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, também do Conselho Monetário Nacional.

O Patrimônio de Referência para dezembro de 2018 foi de R\$ 291.655 mil (R\$ 265.634 mil em 2017), considerados os ajustes prudenciais cujo consumo de créditos tributários representou maior relevância nas deduções ao capital Nível I, compensadas pelo lucro líquido do Conglomerado de R\$ 62.388 mil (R\$ 60.689 mil em 2017). O ativo ponderado pelo risco (RWA) apresentou montante de R\$ 2 bilhões (R\$ 2 bilhões em 2017).





Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos

A estrutura de Governança Corporativa encontra-se alinhada aos princípios da ética e transparência e de conduta respeitosa no relacionamento entre os acionistas, colaboradores, clientes e parceiros, em conformidade com as leis, regulamentações externas, políticas e normas internas, códigos de conduta e ética, estrutura tecnológica e processos devidamente definidos e controlados por profissionais capacitados e alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição.

Nesse contexto estão abrangidas as áreas de Riscos, Compliance, Segurança da Informação, Auditoria Interna e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, através da utilização de ferramentas de mensuração e controles aderentes às melhores práticas e de procedimentos e mecanismos específicos de gestão, em sintonia com as necessidades operacionais e de negócios da Instituição.

Auditores Independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras do Grupo Rendimento. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Rendimento agradece aos seus clientes e parceiros, pela confiança, e aos seus colaboradores.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Diretores e aos acionistas do
Banco Rendimento S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Rendimento S.A, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rendimento S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Rendimento S.A, BBN – Banco Brasileiro de Negócios S.A. e a Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. elaboraram um conjunto de demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de fevereiro de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor.

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



Building a better
working world

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC-1SP214144/O-1

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Notas	2018	2017
Circulante		<u>2.108.426</u>	<u>2.028.706</u>
Disponibilidades	4	<u>317.804</u>	<u>334.973</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		<u>721.296</u>	<u>463.729</u>
Aplicações no mercado aberto	4 e 5	721.296	458.562
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	-	5.167
Títulos e valores mobiliários	6	<u>329</u>	<u>186.177</u>
Carteira própria		329	113.562
Vinculados operações compromissadas		-	4.270
Vinculados a prestação de garantias		-	68.345
Instrumentos financeiros derivativos	7a	<u>109</u>	<u>567</u>
Instrumentos financeiros derivativos		109	567
Relações interfinanceiras		<u>195.109</u>	<u>78.676</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		193.779	77.740
Créditos vinculados ao Bacen		1.288	904
Relações com correspondentes		42	32
Operações de crédito	8	<u>436.855</u>	<u>401.741</u>
Setor Privado:		<u>436.855</u>	<u>401.741</u>
Operações de crédito		449.675	411.920
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(12.820)	(10.179)
Outros créditos		<u>428.088</u>	<u>549.840</u>
Carteira de câmbio	9	268.592	366.359
Rendas a receber		1.833	3.114
Negociação e intermediação de valores	7ª	-	42
Diversos	10	159.611	185.188
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.948)	(4.863)
Outros valores e bens		<u>8.836</u>	<u>13.003</u>
Outros valores e bens		5.565	10.176
Despesas antecipadas		3.271	2.827
Realizável a longo prazo		<u>486.255</u>	<u>298.307</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	<u>24.882</u>	<u>20.972</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		24.882	20.972
Títulos e valores mobiliários	6	<u>98.777</u>	-
Carteira própria		53.676	-
Vinculados operações compromissadas		3.862	-
Vinculados a prestação de garantias		41.239	-
Relações interfinanceiras		<u>70</u>	<u>12</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar		<u>70</u>	<u>12</u>
Operações de crédito	8	<u>176.047</u>	<u>103.716</u>
Setor privado:		<u>176.047</u>	<u>103.716</u>
Operações de crédito		178.655	106.176
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(2.608)	(2.460)
Outros créditos		<u>185.471</u>	<u>172.946</u>
Diversos	10	185.471	172.946
Outros valores e bens		<u>1.008</u>	<u>661</u>
Despesas antecipadas		1.008	661
Permanente		20.884	15.447
Investimentos		<u>378</u>	<u>72</u>
Outros investimentos		378	72
Imobilizado de uso		<u>17.861</u>	<u>12.203</u>
Imóveis de uso		1.967	1.967
Outras imobilizações de uso		51.738	43.202
(Depreciações acumuladas)		(35.844)	(32.966)
Intangível		<u>2.645</u>	<u>3.172</u>
Ativos intangíveis		13.437	12.358
(Amortização acumulada)		(10.792)	(9.186)
Total do ativo		<u>2.615.565</u>	<u>2.342.460</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Balanços Patrimoniais em
 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		<u>1.165.632</u>	<u>1.447.081</u>
Depósitos	11	<u>345.523</u>	<u>320.920</u>
Depósitos à vista		204.677	143.004
Depósitos interfinanceiros		2.012	9.249
Depósitos a prazo		138.834	168.667
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>71.337</u>	<u>52.471</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		71.337	52.471
Relações interfinanceiras		<u>7.573</u>	-
Relações com correspondentes		7.573	-
Relações interdependências		<u>50.090</u>	<u>82.213</u>
Recursos em trânsito de terceiros		50.090	82.213
Obrigações por empréstimos	12	<u>16.371</u>	<u>10.419</u>
Empréstimos no exterior		16.371	10.419
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	<u>41.850</u>	<u>33.665</u>
BNDES		35.989	28.358
FINAME		5.861	5.307
Outras obrigações		<u>632.888</u>	<u>947.393</u>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3.076	2.665
Carteira de câmbio	9	214.329	600.766
Sociais e estatutárias		16.409	10.897
Fiscais e previdenciárias	13a	58.200	46.820
Negociação e intermediação de valores	7a	614	228
Diversas	13b	340.260	286.017
Exigível a longo prazo		<u>1.140.244</u>	<u>616.501</u>
Depósitos	11	<u>944.817</u>	<u>449.502</u>
Depósitos a Prazo		944.817	449.502
Recursos de aceites e emissão de títulos	12	<u>1.558</u>	<u>3.328</u>
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.558	3.328
Obrigações por repasses no país - instituições oficiais	12	<u>55.655</u>	<u>32.951</u>
BNDES		50.574	28.237
FINAME		5.081	4.714
Outras obrigações		<u>138.214</u>	<u>130.720</u>
Diversas	13b	138.214	130.720
Resultados de exercícios futuros		<u>275</u>	<u>444</u>
Resultados de exercícios futuros		275	444
Patrimônio Líquido	16	<u>309.414</u>	<u>278.434</u>
Capital		107.370	107.370
De domiciliados no país		107.370	107.370
Reserva de lucros		124.222	93.535
Ajustes de avaliação patrimonial		(2)	(4)
Participações de não controladores		<u>77.824</u>	<u>77.533</u>
Total do passivo		<u>2.615.565</u>	<u>2.342.460</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração do Resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



Notas	2º Semestre		Exercícios	
	2018	2018	2017(*)	
Receitas da intermediação financeira	246.228	479.801	439.771	
Operações de crédito	74.581	142.565	130.967	
Resultado de títulos e valores mobiliários	32.406	55.231	44.389	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d (11.333)	11.363	2.303	
Resultado de operações de câmbio	150.574	270.642	262.112	
Despesas da intermediação financeira	(41.860)	(82.524)	(71.392)	
Captações no mercado	17 (35.199)	(60.275)	(50.678)	
Empréstimos, cessões e repasses	(3.978)	(10.232)	(4.907)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.683)	(12.017)	(15.807)	
Resultado bruto da intermediação financeira	204.368	397.277	368.379	
Outras receitas/despesas operacionais	(146.698)	(290.532)	(268.653)	
Receitas de prestação de serviços	18 56.485	103.962	87.213	
Despesas de pessoal	19 (86.767)	(164.812)	(142.777)	
Outras despesas administrativas	20 (62.963)	(125.796)	(124.184)	
Despesas tributárias	21 (16.459)	(32.227)	(28.018)	
Outras receitas operacionais	22 7.686	15.395	16.324	
Outras despesas operacionais	22 (44.680)	(87.054)	(77.211)	
Resultado operacional	57.670	106.745	99.726	
Resultado não operacional	2.118	2.674	(493)	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	59.788	109.419	99.233	
Imposto de renda e contribuição social	14 (25.051)	(42.761)	(33.838)	
Imposto de renda	(13.461)	(27.071)	(21.658)	
Contribuição social	(11.429)	(22.387)	(17.606)	
Ativo fiscal diferido	(161)	6.697	5.426	
Participações estatutárias no lucro	(3.365)	(4.270)	(4.706)	
Lucro líquido do semestre/exercício	31.372	62.388	60.689	
Atribuível aos:				
Controladores	27.403	53.207	49.426	
Não controladores	3.969	9.181	11.263	
Total	31.372	62.388	60.689	

(*) Saldos rerepresentados

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Capital	Reservas de Lucros		Ajustes a valor Patrimonial	Lucros Acumulados	Total Controladores	Participação de Não controladores	Total
		Legal	Outras					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	107.370	3.719	51.860	(32)	-	162.917	81.405	244.322
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.426	49.426	11.263	60.689
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	28	-	28	-	28
Constituição de reserva legal	-	2.471	-	-	(2.471)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	35.655	-	(35.655)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(170)	-	-	(170)	(9.600)	(9.770)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(11.300)	(11.300)	(5.535)	(16.835)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	107.370	6.190	87.345	(4)	-	200.901	77.533	278.434
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.207	53.207	9.181	62.388
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	2	-	2	-	2
Constituição de reserva legal	-	2.661	-	-	(2.661)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	37.396	-	(37.396)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(9.370)	-	-	(9.370)	(5.000)	(14.370)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(13.150)	(13.150)	(3.890)	(17.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.370	8.851	115.371	(2)	-	231.590	77.824	309.414
Saldos em 30 de junho de 2018	107.370	7.481	99.988	(9)	-	214.830	78.235	293.065
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	27.403	27.403	3.969	31.372
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	7	-	7	-	7
Constituição de reserva legal	-	1.370	-	-	(1.370)	-	-	-
Constituição de reserva especial de lucros	-	-	19.483	-	(19.483)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(4.100)	-	-	(4.100)	(3.000)	(7.100)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(6.550)	(6.550)	(1.380)	(7.930)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	107.370	8.851	115.371	(2)	-	231.590	77.824	309.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



	2º		Exercícios
	Semestre		
	2018	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	49.324	88.623	77.225
Lucro líquido do semestre/exercício	31.372	62.388	60.689
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	17.952	26.234	16.536
Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(550)	458	(807)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.683	12.017	15.807
Depreciações e amortizações	2.615	5.468	5.877
Impostos diferidos	161	(6.697)	(5.426)
Provisões/reversões operacionais	13.044	14.989	1.085
Variação de ativos e passivos	(299.003)	199.257	213.974
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(288)	1.257	36.530
Redução/(aumento) em títulos e valores mobiliários	92.746	87.071	(17.093)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(73.451)	(108.918)	(77.287)
Redução/(aumento) em relações interdependências	2.107	(32.123)	(34.304)
(Aumento) em operações de crédito	(108.932)	(116.922)	(141.852)
Redução/(aumento) em outros créditos	166.846	113.384	(236.061)
Redução/(aumento) em outros valores e bens	4.207	3.820	(1.370)
Aumento em depósitos	120.558	519.919	168.481
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	24.133	17.096	43.468
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	19.716	36.841	37.410
(Redução)/aumento em outras obrigações	(546.427)	(321.999)	451.993
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(217)	(169)	(114)
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais	(249.679)	287.880	291.199
Fluxo das atividades de investimentos			
Alienação de imobilizado de uso	2.930	5.202	1.317
Aquisição de investimentos	(306)	(306)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(8.684)	(14.711)	(4.474)
Aplicações no intangível	(558)	(1.090)	(668)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos	(6.618)	(10.905)	(3.825)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	(7.930)	(17.040)	(16.835)
Pagamento/provisionamento de dividendos	(7.100)	(14.370)	(9.770)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	(15.030)	(31.410)	(26.605)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(271.327)	245.565	260.769
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	1.310.427	793.535	532.766
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	1.039.100	1.039.100	793.535
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(271.327)	245.565	260.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2018
 (Valores expressos em milhares de reais)



1. Contexto operacional

O Banco Rendimento S/A é a instituição líder do Conglomerado Prudencial, é uma sociedade anônima de capital fechado, em conjunto com suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo Rendimento”) tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, permitidas aos bancos comerciais, inclusive carteira de câmbio, crédito, cartões pré-pagos e o exercício da administração de títulos e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do CMN e do Bacen, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações.

Para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e Circular nº 3.701/14 do Bacen, as demonstrações financeiras do Grupo Rendimento foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

O Grupo Rendimento realizou a revisão das classificações de contas em 2018 para melhor apresentação, e para fins de comparabilidade, as seguintes rubricas e saldos foram reclassificados em 31 de dezembro de 2017:

Demonstração dos resultados (i)	31 de dezembro de 2017		
	Saldos apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Outras receitas/despesas operacionais	(268.653)	-	(268.653)
Outras despesas administrativas	(144.959)	20.775	(124.184)
Outras despesas operacionais	(56.436)	(20.775)	(77.211)
Demais receitas e despesas	(67.258)	-	(67.258)

(i) Para melhor comparabilidade foram realizadas reclassificações de despesas administrativas para despesas operacionais.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de março de 2019.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresa	Principal Atividade	País Sede	Controladas	(%) Participação
Banco Rendimento S/A	Banco comercial com carteira de cambio	Brasil	Cotação Serviços Financeiros Ltda.	99%
Banco Brasileiro de Negócios S/A	Banco múltiplo	Brasil	-	-
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	Correspondentes de instituições financeiras	Brasil	Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	85%
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	Agências de viagens	Brasil	-	-
Cotação DTVM S/A	Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	Brasil	Action Empreendimento e Participações Ltda.	100%
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Brasil	-	-
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	Operadoras de cartões de débito	Brasil	-	-

Demonstramos a seguir as posições de patrimônio líquido e resultado das Empresas do Grupo:

Empresa	2018		2017	
	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Banco Rendimento S/A	231.590	53.207	200.901	49.426
BBN Banco Brasileiro de Negócios S/A	44.549	1.889	44.410	3.312
Cotação Serviços Financeiros Ltda.	20.990	875	21.116	1.331
Cotação Câmbio & Turismo Ltda.	479	(83)	562	(10)
Cotação DTVM S/A	23.816	4.880	23.456	4.895
Action Empreendimentos e Participações Ltda.	268	(571)	838	(189)
Agillitas Soluções de Pagamento Ltda.	9.387	2.425	9.582	3.056

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram eliminados saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As



operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras do Banco Rendimento estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.



Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo “A” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é constituída com base nos critérios definidos pela Resolução nº 2.682/99, sendo fundamentada na análise do saldo em aberto das operações, considerando ainda os valores das garantias, o histórico de perdas e os riscos da carteira, conforme demonstrado na Nota 8.

g) Bens não de uso próprio

São representados basicamente por bens reintegrados e recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.



i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

j) Intangível

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução do Bacen nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

l) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia" sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes



determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras (15% até agosto de 2015), incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei nº 13.169/15 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/15).

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Operações de Câmbio

A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do Bacen nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.



p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações, nas datas das demonstrações financeiras

q) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Disponibilidades	317.804	334.973
Aplicações em operações compromissadas (nota 5)	721.296	458.562
Total	<u>1.039.100</u>	<u>793.535</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Circulante	2018	2017
<u>Aplicações em operações compromissadas – Posição Bancada</u>		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	356.500	453.559
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	363.002	5.003
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.794	-
Total posição bancada	<u>721.296</u>	<u>458.562</u>
Total aplicações no mercado aberto	<u>721.296</u>	<u>458.562</u>
<u>Aplicações em depósitos interfinanceiros</u>		
Não ligada - Crédito rural	-	5.167
Total certificado de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	5.167
Total do circulante	<u>721.296</u>	<u>463.729</u>
<u>Realizável a longo prazo</u>		
<u>Aplicações em moeda estrangeira</u>		
Aplicações em moeda estrangeira	24.882	20.972
Total de aplicações em moeda estrangeira	<u>24.882</u>	<u>20.972</u>
Total realizável a longo prazo	<u>24.882</u>	<u>20.972</u>
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>746.178</u>	<u>484.701</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



6. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2018			2017		
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes a Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	329	329	-	508	508	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	329	329	-	508	508	-
Total de títulos para negociação	329	329	-	508	508	-
Títulos disponíveis para venda						
Carteira própria – Livres	53.678	53.676	(2)	113.068	113.054	(14)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	53.678	53.676	(2)	113.068	113.054	(14)
Vinculados a operações compromissadas	3.862	3.862	-	4.271	4.270	(1)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	3.862	3.862	-	4.271	4.270	(1)
Vinculados a prestação de garantias	41.241	41.239	(2)	68.355	68.345	(10)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.241	41.239	(2)	68.355	68.345	(10)
Total de títulos disponíveis para venda	98.781	98.777	(4)	185.694	185.669	(25)
Total de títulos e valores mobiliários	99.110	99.106	(4)	186.202	186.177	(25)

b) Composição por vencimento

	2018			2017	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 12 meses	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	98.777	98.777	185.669	185.669
Certificado de depósito bancário - CDB	329	-	329	508	508
Total	329	98.777	99.106	186.177	186.177

Os títulos públicos, custodiados no SELIC, foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante negativo de R\$ 2 (R\$ 4 em 2017).

7. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Rendimento opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“Hedge”) contra risco de mercado, que decorre principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de “Hedge” é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de Dólar e de Reais subdivididas nos diversos indexadores (Pré, TR, IGP-M e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da BM&F, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.



a) Composição analítica das operações

Contratos de mercado futuro

Representadas por contratos de mercado futuro que, conforme determinação do Bacen, são registrados em contas de compensação pelo valor do contrato atualizado pelo índice de variação das taxas pactuadas.

	2018		2017	
	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)	Valor de referência	Ajuste diário a receber/(pagar)
Contratos de futuros (i)				
Posição comprada				
Dólar	34.907	(283)	74.769	23
Euro	-	-	7.942	19
Total posição comprada	<u>34.907</u>	<u>(283)</u>	<u>82.711</u>	<u>42</u>
Posição vendida				
Dólar	44.245	(331)	7.792	(228)
Total posição vendida	<u>44.245</u>	<u>(331)</u>	<u>7.792</u>	<u>(228)</u>
Total Contratos de Futuro	<u>79.152</u>	<u>(614)</u>	<u>90.503</u>	<u>(186)</u>

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros a receber no valor de R\$ 614 (R\$ 186 em 2017), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores. Estas operações foram custodiadas pela B3.

Contratos a termo NDF

A carteira de contratos a termo de moeda sem entrega física – NDF (Non Deliverable Forward) registrada na B3 é assim assumida:

	Valor de referência	2018		2017	
		Valores a receber	Valores a pagar	Posição Líquida	Posição Líquida
I) Tipo:					
Termo de moedas:					
Posição comprada					
Euro x Dólar	71.000	97	-	97	1.645
Dólar x Dólar Canadense	2.882	35	-	35	(21)
Dólar x Outras moedas	6	-	-	-	-
Total posição comprada	<u>73.888</u>	<u>132</u>	<u>-</u>	<u>132</u>	<u>1.624</u>
Posição vendida					
Euro x Dólar	26.625	-	(68)	(68)	(1.002)
Libra Esterlina x Dólar	2.480	3	-	3	(55)
Dólar Australiano x Dólar	2.735	42	-	42	-
Dólar x Outras moedas	46	-	-	-	-
Total posição vendida	<u>31.886</u>	<u>45</u>	<u>(68)</u>	<u>(23)</u>	<u>(1.057)</u>
Total NDF	<u>105.774</u>	<u>177</u>	<u>(68)</u>	<u>109</u>	<u>567</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição por vencimento

Valor de referência - Compensação	2018	
	Até 3 meses	Total
Contratos de futuro – Compra	34.907	34.907
Contratos de futuro – Venda	44.245	44.245
Contratos a termo – Compra	73.888	73.888
Contratos a termo - Venda	31.886	31.886
Total	184.926	184.926

c) Margem de garantia

São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

Vinculados a prestação de garantias	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (Nota 6)	41.239	68.345
Total	41.239	68.345

d) Resultado com instrumentos financeiros de derivativos

Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros de derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	2018			2017		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Futuros	185.698	(170.557)	15.141	113.213	(115.379)	(2.166)
Operações a termo - NDF	1.811	(5.589)	(3.778)	6.005	(1.536)	4.469
Total	187.509	(176.146)	11.363	119.218	(116.915)	2.303



8. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as operações de crédito estavam assim representadas:

a) Composição da carteira de crédito

	2018	2017
Operações de crédito		
Capital de giro	355.529	260.940
Conta garantida	113.000	118.073
BNDES/FINAME	97.714	67.010
Financiamento em moeda estrangeira	23.628	14.512
Títulos descontados	13.730	21.072
Cheque especial	10.301	9.315
Crédito direto ao consumidor	5.759	6.030
Confissão de dívida	3.809	332
Recuperação judicial	2.468	3.968
Crédito pessoal	1.600	2.783
Adiantamento a depositantes	456	670
Cédula de crédito de exportação	336	10.054
Hot Money	-	3.337
	<u>628.330</u>	<u>518.096</u>
Outros créditos		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio (nota 9)	54.035	12.937
Rendas a receber (nota 9)	701	186
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 10)	99.658	134.485
Devedores por compra de valores e bens	524	-
	<u>154.918</u>	<u>147.608</u>
Total das operações de crédito	<u>783.248</u>	<u>665.704</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.428)	(12.639)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(1.948)	(4.863)
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(17.376)</u>	<u>(17.502)</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição da carteira – por tipo de cliente e atividade

	2018	2017
Pessoa jurídica - Setor privado:		
Comércio	160.069	198.165
Serviços privados	133.712	107.018
Construção e imobiliário	116.719	80.105
Máquinas e equipamentos	63.701	60.798
Transportes	39.375	35.855
Educação, saúde e outros serviços sociais	53.572	25.666
Alimentos e bebidas	31.868	6.863
Agropecuário	31.148	3.171
Madeira e móveis	28.839	18.259
Financeiro	24.914	19.629
Químico e petroquímico	21.136	27.981
Mineração	19.680	344
Têxtil e confecções	12.750	22.129
Automotivo	11.457	3.786
Outros	21.743	41.780
	<u>770.683</u>	<u>651.549</u>
Pessoas físicas	12.565	14.155
Total da carteira	<u>783.248</u>	<u>665.704</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2018	2017
Vencidas:		
A partir de 14 dias	18.595	24.992
À vencer:		
até 90 dias	255.445	320.089
de 90 a 360 dias	330.098	214.447
acima de 360 dias	179.110	106.176
Total da carteira por vencimento	<u>783.248</u>	<u>665.704</u>

d) Concentração da carteira

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	225.658	28,81%	157.019	23,59%
50 seguintes maiores devedores	430.003	54,90%	321.867	48,35%
100 seguintes maiores devedores	113.803	14,53%	138.811	20,85%
Demais devedores	13.784	1,76%	48.007	7,21%
Total da carteira	<u>783.248</u>	100,00%	<u>665.704</u>	100,00%



e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está distribuída entre os seguintes níveis de risco:

2018					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	404.824	-	404.824	(3.082)
B	1,0	268.917	15.101	284.018	(2.840)
C	3,0	68.318	52	68.370	(2.051)
D	10,0	14.627	88	14.715	(1.472)
E	30,0	113	1.271	1.384	(415)
F	50,0	195	127	322	(161)
G	70,0	7.496	40	7.536	(5.276)
H	100,0	163	1.916	2.079	(2.079)
Total		764.653	18.595	783.248	(17.376)

2017 ⁽³⁾					
Nível de Risco	% Provisão	A vencer	Vencidas ⁽¹⁾	Total	Provisão ⁽²⁾
A	0,5	488.638	-	488.638	(2.827)
B	1,0	80.750	2.124	82.874	(829)
C	3,0	56.517	1.845	58.362	(1.751)
D	10,0	2.409	17.832	20.241	(2.024)
E	30,0	295	257	552	(165)
F	50,0	3.205	1.681	4.886	(2.443)
G	70,0	8.835	125	8.960	(6.272)
H	100,0	63	1.128	1.191	(1.191)
Total		640.712	24.992	665.704	(17.502)

⁽¹⁾ A coluna "Vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações vencidas acima de 14 dias.

⁽²⁾ Em 2018 foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 1.058 (R\$ 384 em 2017), com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

⁽³⁾ Saldos reapresentados.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2018	2017
Saldo Inicial	(17.502)	(20.702)
Constituição	(16.972)	(18.728)
Reversão	4.955	2.921
Baixas de créditos contra prejuízo	12.143	19.007
Saldo Final	(17.376)	(17.502)



g) Créditos renegociados e recuperados

Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 14.710 (R\$ 6.916 em 2017).

Os créditos recuperados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R\$ 1.184 (R\$ 9.367 em 2017).

9. Carteira de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a carteira de câmbio do Grupo Rendimento está formada como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante		
Câmbio comprado a liquidar	134.475	287.740
Direitos sobre venda de câmbio	134.818	332.146
(-) Adiantamentos em moedas nacionais recebidas	(1.402)	(253.713)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8)	701	186
Total do ativo circulante	<u>268.592</u>	<u>366.359</u>
Passivo		
Circulante		
Câmbio vendido a liquidar	131.795	324.412
Obrigações por compra de câmbio	134.797	286.431
(-) Adiantamento de contrato de câmbio (nota 8)	(54.035)	(12.937)
Obrigações por vendas realizadas	1.772	2.860
Total do passivo circulante	<u>214.329</u>	<u>600.766</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



10. Outros créditos diversos

	2018	2017
Circulante		
Títulos e créditos a receber - com características de concessão de crédito (nota 8) (ii)	99.658	134.485
Títulos e créditos a receber - sem características de concessão de crédito (i)	3.514	4.209
Impostos e contribuições a compensar	27.860	23.613
Devedores diversos – País	10.192	7.509
Crédito tributário (nota 14b)	14.472	12.411
Outros	3.915	2.961
Total do circulante	<u>159.611</u>	<u>185.188</u>
Realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições a compensar	214	162
Devedores diversos – País	-	6
Devedores por depósito em garantia (nota 24b)	134.936	127.530
Crédito tributário (nota 14b)	49.865	45.248
Outros	456	-
Total realizável a longo prazo	<u>185.471</u>	<u>172.946</u>
Total	<u>345.082</u>	<u>358.134</u>

(i) Refere-se substancialmente, a liquidação das vendas do produto Visa Travel Money (VTM), com o Banco, por parte das Distribuidoras/Corretoras de câmbio (Resellers) que comercializam o produto e câmbio a fechar.

(ii) Refere-se substancialmente as operações de Confirme. As transações de pagamento, conforme Carta-Circular nº 3.828/17, foram reclassificados, de forma prospectiva, para a rubrica “Relações Interfinanceiras”.

11. Depósitos

a) Composição da carteira

	2018	2017
Depósitos à vista		
Pessoa física	154.593	104.324
Pessoa jurídica	50.084	38.680
	<u>204.677</u>	<u>143.004</u>
Depósitos interfinanceiros		
Instituições financeiras	2.012	9.249
	<u>2.012</u>	<u>9.249</u>
Depósitos a prazo		
Pessoa jurídica	917.452	429.324
Pessoa física	152.945	176.225
Instituições financeiras	13.254	12.620
	<u>1.083.651</u>	<u>618.169</u>
Total de depósitos	<u>1.290.340</u>	<u>770.422</u>

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Composição da carteira por vencimento

					2018	2017
	Sem Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos à vista	204.677	-	-	-	204.677	143.004
Depósitos interfinanceiros	-	2.012	-	-	2.012	9.249
Depósitos a prazo	-	56.574	82.260	944.817	1.083.651	618.169
Total de depósitos	204.677	58.586	82.260	944.817	1.290.340	770.422

c) Concentração dos depositantes

	2018	2017
10 Maiores depositantes	784.746	322.831
50 Seguintes depositantes	249.303	213.633
100 Seguintes depositantes	112.440	107.745
Demais depositantes	143.851	126.213
Total de depósitos	1.290.340	770.422

12. Obrigações por empréstimos e repasses e recursos de aceites e emissão de títulos

	2018				2017
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos de aceites e emissão de títulos					
Letras de crédito imobiliário	12.333	45.092	-	57.425	55.799
Letras de crédito agronegócio	5.012	8.900	1.558	15.470	-
Obrigações por empréstimos					
Empréstimos no exterior	1.953	14.418	-	16.371	10.419
Obrigações por repasses – Instituições Oficiais					
BNDES	7.745	28.244	50.574	86.563	56.595
FINAME	1.335	4.526	5.081	10.942	10.021
Total	28.378	101.180	57.213	186.771	132.834

13. Outras obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	8.742	7.555
Impostos e contribuições sobre os lucros	49.458	39.265
Total do circulante	58.200	46.820

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



b) Diversas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	35.825	30.147
Obrigações por prestação de serviços	-	2.263
Credores diversos no exterior (i)	203.109	209.217
Obrigações por transações de pagamento	46.784	-
Credores diversos no país	54.070	43.780
Outras	472	610
Total do circulante	<u>340.260</u>	<u>286.017</u>
Exigível a longo prazo		
Provisão para passivos contingentes (nota 24b)	137.573	130.243
Provisão para garantias prestadas (nota 23)	641	477
Total do exigível a longo prazo	<u>138.214</u>	<u>130.720</u>
Total	<u>478.474</u>	<u>416.737</u>

(i) Refere-se substancialmente a cartões “pré-pagos” (Visa Travel Money).

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<u>109.420</u>	<u>109.420</u>	<u>99.233</u>	<u>99.233</u>
Juros sobre capital próprio	(17.040)	(17.040)	(16.835)	(16.835)
Participação nos Lucros (empregados)	<u>(4.270)</u>	<u>(4.270)</u>	<u>(4.706)</u>	<u>(4.706)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social - Ajustado	<u>88.110</u>	<u>88.110</u>	<u>77.692</u>	<u>77.692</u>
Adições:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.017	12.017	15.807	15.807
Perdas de capital indedutíveis	-	-	177	177
Despesas com brindes	44	44	-	-
Provisão para contingências	4.249	4.249	2.367	2.367
Outras provisões indedutíveis	2.869	2.869	469	487
Patrocínio e doações indedutíveis	1.224	1.224	1.036	1.036
Remuneração variável de dirigentes	1.328	-	1.251	257
Gratificações	6.397	6.397	1.869	1.869
Outras	1.119	1.119	3.884	3.884
Total das adições	<u>29.247</u>	<u>27.919</u>	<u>26.860</u>	<u>25.884</u>
Exclusões:				
Perdas em operações de crédito – Lei nº 9.430/96	1.976	1.976	9.470	9.470
Reversão de provisões para gratificação	-	-	51	51
Reversão de provisão para contingências	-	-	699	699
Outras	280	178	2.179	2.026
Total das exclusões	<u>2.256</u>	<u>2.154</u>	<u>12.399</u>	<u>12.246</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	115.101	113.875	92.153	91.330
IRPJ/CSLL	(28.725)	(22.387)	(22.917)	(17.606)
Dedução de incentivos fiscais	1.654	-	1.259	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(27.071)</u>	<u>(22.387)</u>	<u>(21.658)</u>	<u>(17.606)</u>
Ativo fiscal diferido	5.774	923	3.166	2.260
Total de imposto de renda e contribuição social	<u>(21.297)</u>	<u>(21.464)</u>	<u>(18.492)</u>	<u>(15.346)</u>



b) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	Saldo			Saldo 31/12/2018
	31/12/2017	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.456	6.949	(5.156)	19.249
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	29.216	-	(125)	29.091
Provisão para contingências	5.023	2.893	(868)	7.048
Provisão para participações no lucro	1.434	3.027	(3.314)	1.147
Outras	4.530	9.531	(6.259)	7.802
Total	57.659	22.400	(15.722)	64.337

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução do Bacen nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis. O Grupo Rendimento não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.716	2.775	7.602	3.139	18	19.250
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	-	-	-	-	29.091	29.091
Provisão para contingências	1.019	1.911	1.953	1.613	1.019	7.515
Provisão para participações no lucro	1.147	-	-	-	-	1.147
Outras	6.590	180	518	33	13	7.334
Total	14.472	4.866	10.073	4.785	30.141	64.337
Valor presente	14.160	3.906	9.261	4.349	27.489	59.164

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 59.164, utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.



15. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas referente as aplicações em CDB dos acionistas, foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	Pessoas Físicas ⁽¹⁾		Pessoas Jurídicas ⁽²⁾	
	2018	2017	2018	2017
Passivo	50.018	63.158	135.456	123.312
Certificado de depósito bancário	28.121	41.425	135.369	123.307
Depósitos à vista	1.134	-	87	5
Letras de crédito imobiliário	20.263	21.733	-	-
Letras de crédito do agronegócio	500	-	-	-
Resultado	(3.563)	(6.227)	(8.248)	(212)
Despesas de captações	(3.563)	(6.227)	(8.248)	(212)

(1) Referem-se ao pessoal chave da administração.

(2) Referem-se as empresas: Rendimento Holding S/A, Mac Participações e Controladas e Ades Investimentos e Participações Ltda.

b) Remuneração da administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social das empresas do Grupo Rendimento. Incorreram os seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2018	2017
Remuneração fixa no exercício	8.384	7.812
Remuneração variável no exercício	1.328	994
Encargos sociais	1.940	2.317
Total	11.652	11.123

O Grupo Rendimento não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.



16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social do Banco Rendimento (instituição líder), totalmente integralizado é de R\$ 107.370, é representado por 125.024 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 62.512 ordinárias e 62.512 preferenciais.

O capital social de não controladores é de R\$ 61.068 e está constituído por 2.016.134 ações, sendo 1.008.067 ordinárias, 1.008.067 preferenciais e 6.000.000 cotas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas asseguram ao acionista a prioridade de reembolso do capital e o direito de participação na distribuição de dividendos e bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria, mediante assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi deliberado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 14.370 referente aos lucros acumulados de exercícios anteriores (R\$ 9.770 em 2017).

No exercício de 2018, foi deliberado o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 17.040 referente aos lucros acumulados de exercícios anteriores (R\$ 16.835 em 2017), calculados com base na Taxa de Juros de longo prazo (TJLP), nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social do exercício no montante de R\$ 3.569 (R\$ 3.367 em 2017).

c) Reserva de lucros

Legal: o Grupo Rendimento deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

Outras: composta por lucros obtidos a serem destinados em AGO (Assembleia Geral Ordinária).

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial
 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)



17. Despesas de captação no mercado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos a prazo	54.622	43.953
Recursos de emissão de títulos	3.273	3.492
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	1.520	1.078
Operações compromissadas	523	664
Depósitos interfinanceiros	<u>337</u>	<u>1.491</u>
Total	<u><u>60.275</u></u>	<u><u>50.678</u></u>

18. Receitas de prestação de serviços

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cobrança	2.533	-
Câmbio	38.322	5.167
Cartões	27.085	14.158
Pagadoria	3.114	-
Adquirência	1.060	-
Arrecadação	18.673	27.435
Transações de pagamento	5.148	2.501
Serviços bancários	3.051	3.350
Garantias prestadas	1.711	2.244
Outros serviços	<u>3.265</u>	<u>32.358</u>
Total	<u><u>103.962</u></u>	<u><u>87.213</u></u>

19. Despesa de pessoal

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Proventos	90.091	77.367
Encargos sociais	32.506	28.509
Benefícios	29.514	26.529
Honorários	10.262	9.123
Outras	<u>2.439</u>	<u>1.249</u>
Total	<u><u>164.812</u></u>	<u><u>142.777</u></u>

20. Outras despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Transportes	36.101	36.524
Serviços do sistema financeiro	20.583	18.805
Processamento de dados	16.542	15.657
Serviços técnicos especializados	5.724	4.465
Aluguéis	16.758	17.416
Depreciações/amortizações	5.468	5.877
Comunicações	3.631	3.852
Serviços de terceiros	3.923	3.615
Vigilância e segurança	2.380	2.300
Condomínio	3.541	1.111
Contribuições filantrópicas	2.729	1.429
Manutenção e conservação de bens	2.278	2.459
Outras	<u>6.138</u>	<u>10.674</u>
Total	<u><u>125.796</u></u>	<u><u>124.184</u></u>

21. Despesas tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS	21.284	18.984
ISS	4.115	3.529
PIS	3.577	3.184
Outras	<u>3.251</u>	<u>2.321</u>
Total	<u><u>32.227</u></u>	<u><u>28.018</u></u>



22. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras receitas operacionais		
Atualização monetária de depósitos judiciais	4.943	7.793
Reversão de provisões diversas	824	585
Verbas de incentivos	992	826
Transações de pagamento	7.357	5.433
Outras	<u>1.279</u>	<u>1.687</u>
Total	<u>15.395</u>	<u>16.324</u>
Outras despesas operacionais		
Custódia	18.952	20.775
Comissões	21.487	16.818
Verbas de incentivos	1.653	2.201
Billing	13.150	9.726
Convênios operacionais	10.810	8.658
Contingências (i)	7.542	2.925
Atualização monetária de contingências	4.727	7.519
Despesa com numerários	2.021	2.101
Outras	<u>6.713</u>	<u>6.488</u>
Total	<u>87.054</u>	<u>77.211</u>

(i) Na rubrica “contingências”, estão registrados as despesas de contingências cíveis/fiscais/trabalhistas.

23. Avais, fianças e garantias concedidas a terceiros

A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, em 31 de dezembro de 2018, correspondiam a R\$ 64.851 (R\$ 62.254 em 2017) com provisão para perdas no montante de R\$ 641 (R\$ 477 em 2017).

24. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 havia registro de ativos contingentes no montante de R\$ 3.615 relativo à repasse de IPVA junto à prefeitura de Tuiti – SP R\$1.594 e créditos junto a corretora R\$1.582.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

(ii) Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.



(iii) Provisões fiscais - As provisões para processos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelos seguintes processos:

- Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R\$ 122.926;
- Contestação quanto à base de receitas de operações de avais e fianças e de câmbio, defendida pelo Fisco Municipal como tributável para o ISS. O montante provisionado é de R\$ 3.723.

As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

				2018	2017
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Provisão para Contingências					
Saldo no início do exercício	122.186	7.446	611	130.243	122.297
Constituições/(Reversões)	4.465	5.682	713	10.860	10.016
Pagamentos	-	(3.399)	(131)	(3.530)	(2.070)
Saldo no final do exercício	<u>126.651</u>	<u>9.729</u>	<u>1.193</u>	<u>137.573</u>	<u>130.243</u>

				2018	2017
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Depósitos Judiciais					
Saldo no início do exercício	123.036	3.575	919	127.530	117.527
Constituições	6.432	2.603	118	9.153	10.003
Reversões	-	(1.747)	-	(1.747)	-
Saldo no final do exercício	<u>129.468</u>	<u>4.431</u>	<u>1.037</u>	<u>134.936</u>	<u>127.530</u>

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2018, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- Por 44 processos de natureza cível que somam R\$ 612, e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras.
- Pela contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de São Paulo, no montante de R\$ 1.638.
- Contestação administrativa a exigência da incidência de ISS sobre receitas decorrentes de operações que não se classificam como prestação de serviços, no Município de Santo André, no montante de R\$ 654.



- Contestação de contingência sobre depósitos judiciais do alargamento da base de PIS e COFINS, no montante de R\$ 549.

c) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo Rendimento.

25. Gestão de Riscos e de Capital

Com o modelo de segmentação das instituições financeiras e da estrutura de gestão integrada de riscos, estabelecidos pelo Banco Central, através das resoluções do CMN nºs 4.553/17 e 4.557/17, o Conglomerado Rendimento mantém estruturas unificadas de gerenciamento dos riscos e do capital.

O Banco Rendimento está diretamente exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, cuja gestão é de responsabilidade da área de riscos, com o objetivo de possibilitar maior efetividade nos respectivos controles e monitoramento através de modelos estruturados de governança, continuidade de negócios e controles internos, compatíveis com o perfil de negócio e apetite a riscos das empresas componentes da estrutura Prudencial.

O modelo de gestão de risco passa por revisões periódicas e contínuo alinhamento às melhores práticas, visando a sua aderência às disposições legais e a processos efetivos de melhoria nos controles.

a) Risco Operacional

O gerenciamento do risco operacional encontra-se condizente com as atividades desenvolvidas e negócios realizados na Instituição e estruturado por um conjunto de procedimentos, processos e sistema de controle, os quais viabilizam a contínua adequação desse gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

Esse modelo de controle auxilia a Alta Administração no cumprimento dos objetivos estratégicos à medida que são identificados e analisados os eventos e incidentes vinculados a fraudes, descontinuidade de negócios, falhas tecnológicas, processos inadequados, dentre outros, assegurando a conformidade com os requerimentos regulatórios.

Para mensuração do montante de capital regulamentar destinado à cobertura do risco operacional, o Conglomerado aplica a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada prevista na Circular do Bacen nº 3.640/13.

b) Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado mantém-se estruturado de acordo com as políticas internas e dispositivos legais, sendo capaz de identificar, monitorar e controlar os riscos



associados às perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes da flutuação nos valores de mercado e cotações dos instrumentos financeiros (taxas de juros, índices de preços, cupons cambiais e variação cambial), visando permitir a manutenção dos negócios e a geração de receita, até mesmo sob circunstâncias adversas.

O Value at Risk (VaR) é a principal métrica para mensuração do risco de mercado dos portfólios detidos pelo Banco Rendimento. O VaR é calculado para um dia útil com intervalo de confiança de 99%.

Adicionalmente são realizados testes de estresse sobre o fluxo de ativos e passivos, contemplando o pior resultado histórico dos indicadores, através da utilização de métricas de apuração de cenários de alta e de baixa divulgados por parte central qualificada.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Instituição em não possuir recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando-se as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A gestão do risco de liquidez abrange o monitoramento e contínuo acompanhamento dos níveis de caixa, em todas as operações financeiras, bem como possíveis exposições contingentes, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

A realização dos testes de estresse, provenientes de eventos hipotéticos sobre os fluxos ativos e passivos, obedece aos critérios de classificação de operações previstos em normativos do Banco Central e no Novo Acordo de Capitais - Basileia III e visa conhecer os impactos significativos das exposições sobre o resultado corrente da Instituição e identificar áreas suscetíveis a riscos.

A área de risco de liquidez elabora e compartilha diariamente com a Alta Administração, tesouraria e áreas de negócios, relatórios que apresentam o limite mínimo de caixa, considerando a alavancagem das posições em relação ao patrimônio de referência e o fluxo de pagamentos/recebimentos, por data de vencimento, em um horizonte de dois anos. Os relatórios são compartilhados diariamente com as referidas áreas a fim de serem definidas as estratégias de liquidez a serem seguidas.

d) Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito está compatível com as disposições constantes da Resolução do CMN nº 4.557/17 e apresenta como objetivo maximizar a relação risco x retorno de seus ativos e estabelecer limites e mecanismos de mitigação de risco, visando manter a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos dos mercados em que atua.

A estrutura de risco de crédito possibilita a identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos inerentes aos produtos da carteira de crédito e respectivas concentrações em que estejam associadas a perdas, pelo não cumprimento por parte do tomador ou contraparte, em razão das seguintes condições: a) de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; b) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na



classificação de risco do tomador; c) à redução de ganhos ou remunerações; d) às vantagens concedidas na renegociação e; e) aos custos de recuperação.

A Política de Gestão de Risco de Crédito define claramente as diretrizes no tocante a adoção de medidas corretivas e de planos de ação que possibilitem a identificação e mitigação de possíveis perdas ou riscos de crédito. A política aplicada pelo Banco fundamenta-se na exigência de garantias compatíveis com o risco de contraparte e pela seleção de clientes que apresentem capacidade financeira para honrar os compromissos de crédito contratados.

O processo de tomada de decisões e a definição da política de crédito garantem maior eficiência e otimização das oportunidades de negócios. Para a concessão de crédito, tanto no varejo como no atacado, as decisões são avaliadas em comitê de acordo com os limites de alçada e análise econômico-financeira do cliente, visando garantir a criteriosa observação do risco das operações.

e) Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura do Conglomerado Rendimento para gerenciamento e monitoramento contínuo de capital, possibilita identificar a capacidade do Patrimônio de Referência em suportar, nos períodos futuros, todos os riscos que possam advir dos negócios realizados no Grupo, com a alavancagem dos respectivos portfólios, através de mecanismos que permitem a preservação do capital em níveis superiores aos requeridos e em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

Com o objetivo de mensurar os riscos não previstos nas metodologias de cálculo padronizadas, são realizadas simulações de cenários de estresse para avaliação de fontes para manutenção do nível de capital, através da utilização de ferramentas específicas de controle e práticas de mercado.

A estratégia de negócios da organização está registrada no Plano Trienal de Capital, aprovado pela Alta Administração, por meio da realização de projeções do índice de Basileia e de simulações de cenários de estresse, em que são considerados os riscos não previstos nas metodologias de cálculo.

Nesse Plano de Capital são contempladas as expectativas do triênio, com base no Conglomerado Prudencial, através de projeções de receitas, despesas e das posições patrimoniais, estimando-se a compatibilidade futura do índice de Basileia.

f) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Banco Rendimento conta com instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, através de seus produtos e serviços, a fim de prevenir, detectar, evitar e combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A participação frequente da Administração, na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo, assegura a sinergia entre as diversas áreas de negócios e controle e o contínuo acompanhamento das atividades realizadas no



grupo, com a definição de políticas aderentes às melhores práticas nacionais e internacionais, visando evitar o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

g) Responsabilidade Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental no Banco Rendimento estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras nos negócios realizados no Grupo, nas relações de trabalho e com o mercado, clientes, fornecedores e público interno, nos termos definidos na Resolução nº 4.327/14 do CMN, bem como os procedimentos da Lei Anticorrupção descritos na Política de Responsabilidade Socioambiental, dando ênfase aos padrões de conduta e código de ética.

Os mecanismos de gestão das práticas de controle, identificação e mitigação de perdas associadas aos riscos socioambientais, principalmente na concessão de crédito, encontram-se devidamente definidos com base em estratégias e diretrizes aprovadas pela Diretoria e visam disseminar procedimentos que devem ser observados por todo corpo funcional no relacionamento com clientes, parceiros e fornecedores, possibilitando a efetiva aplicabilidade nas relações de negócios.

h) Risco Reputacional

A gestão do risco reputacional no Banco tem por objetivo estabelecer níveis adequados de supervisão sobre possíveis impactos econômicos, negativos, na condução dos negócios para os quais estão envolvidos o corpo funcional, parceiros, clientes e acionistas.

A política e os procedimentos bem como o monitoramento e identificação desse risco tem como premissa a percepção da primeira linha de defesa, reportada para a área de gestão de riscos e compliance, visando possibilitar a adoção de medidas mitigatórias e tornar mais eficiente o controle e a supervisão do risco reputacional, a fim de definir o alcance, a gestão e o controle desses riscos e o alinhamento às expectativas dos grupos de interesse e sua aderência aos requerimentos legais.

i) Risco de Segurança Cibernética

A área de Segurança da Informação trabalha continuamente para melhorar a estratégia de Segurança Cibernética e Proteção de Dados, de forma a mitigar os riscos e proteger a empresa e seus clientes de ameaças e vulnerabilidades que possam comprometer a confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações.

A área tem como prioridade seguir regulamentações e aplicar as melhores práticas de segurança cibernética, para prevenir ataques em infraestrutura de TI e sistemas, com monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e avaliações periódicas de ameaças e de controles relacionados à segurança cibernética.



27. Limites operacionais

O Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA está a seguir demonstrado, de acordo com os normativos em vigor:

	2018	2017
Patrimônio de Referência – PR	291.655	265.634
Ativo Ponderado pelo Risco	2.052.778	2.270.807
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	1.437.999	1.452.029
Risco de mercado – RWA_{MPAD}	71.847	291.132
Risco de exposição cambial – RWA_{CAM}	47.162	271.568
Risco de taxas de juros – RWA_{IUR1}	1.322	1.310
Risco de cupom de moedas – RWA_{IUR2}	23.363	18.255
Risco operacional – RWA_{OPAD}	542.932	527.645
Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA	177.052	210.050
Margem sobre o PR considerando a R_{BAN}	113.922	54.302

O índice de Basileia na data base de 31 de dezembro de 2018, para o Conglomerado Prudencial, apurado de acordo com o estabelecido nas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, concentrou-se em 14,21% (11,70% em 2017).

28. Eventos subsequentes

Em 18 de outubro de 2018 a Rendimento Holding S.A. e a BS Holding Financeira Ltda. (anteriormente denominada Pageseguro Holding Financeira Ltda), celebraram contrato de compra e venda do BBN Banco Brasileiro de Negócios S.A. com a transferência de riscos e benefícios em 4 de janeiro de 2019 pelo valor de R\$ 58.920.

Em 24 de janeiro de 2019 houve aumento de capital no Banco Rendimento no montante de R\$ 122.630, sendo R\$ 77.999 realizados pela incorporação de reserva de lucros e R\$ 44.631 de aporte.